



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

O IMPACTO DO SERVIÇO SOCIAL NA CRIAÇÃO DE ESCOLAS MAIS INCLUSIVAS E NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE ESTUDANTES TRANS.

MARÍLIA SAMÁLIA MARTINS FERREIRA¹

ISABELLE DOURADO FEITOSA²

WLISSES FIGUEIREDO MATOS³

RESUMO

Este artigo analisa a discriminação enfrentada por estudantes trans no ambiente escolar, e como o bullying e as agressões podem prejudicar seu desempenho acadêmico e sua saúde mental. Destacando a importância das políticas públicas e a atuação do serviço social na promoção de escolas mais inclusivas e acolhedoras, e no combate todas as formas de discriminação.

Palavras-chave: Discriminação; Escola; Políticas Públicas; Serviço Social.

ABSTRACT

This article analyzes the discrimination faced by transgender students in the school environment, and how bullying and aggression can harm their academic performance and mental health. It highlights the importance of public policies and the work of social services in promoting more inclusive and welcoming schools and combating all forms of discrimination.

Keywords: Discrimination; School; Public Policies; Social Work.

1. INTRODUÇÃO

A discriminação contra pessoas trans é um fenômeno que permeia diversos aspectos da vida social, incluindo o ambiente escolar. No Brasil, a população trans é uma das mais

¹ Universidade Federal do Maranhão

² Universidade Federal do Maranhão

³ Universidade Federal do Maranhão

vulneráveis, enfrentando altos índices de violência, exclusão social e marginalização. De acordo com a ANTRA (2023), a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, refletindo a gravidade da violência e do preconceito que enfrentam diariamente. No contexto escolar, esses problemas se manifestam de forma alarmantes, tendo este grupo específico de estudantes, frequentemente sendo alvo de bullying, agressões verbais e/ou físicas, dentre outros atos discriminatórios, tanto por parte de colegas de turma quanto de professores (Silva & Santos, 2021).

A literatura sobre discriminação contra estudantes trans no ambiente escolar é vasta, mas ainda há lacunas significativas que precisam ser abordadas. Estudos como o de Souza (2020) e Lima & Rocha (2019) destacam que, embora existam políticas de inclusão em algumas escolas, a implementação dessas políticas é muitas vezes falha ou superficial, resultando em uma inclusão apenas nominal e não efetiva. Além disso, a maioria dos estudos concentra-se nos aspectos psicológicos da discriminação, enquanto há menos foco nas implicações educacionais e na relação direta entre discriminação e desempenho acadêmico.

Este estudo busca levantar essas informações, abordando não apenas os aspectos psicológicos, mas também os educacionais da discriminação contra estudantes trans. A relevância do tema para o campo da educação e do serviço social é evidente, pois a escola deve ser um espaço inclusivo de acolhimento e desenvolvimento, onde todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero, possam se sentir seguros e respeitados. Além disso, o tema é de extrema importância para os direitos humanos, pois a discriminação baseada em identidade de gênero é uma violação dos direitos fundamentais à dignidade, à educação e ao bem-estar.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: Identificar as principais formas de discriminação sofridas por estudantes trans no ambiente escolar; analisar as formas de atuação do Serviço social no enfrentamento a esta discriminação. Além de destacar a importância da intervenção do profissional do Serviço social no ambiente escolar.

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa é qualitativa e pode ser classificada como descritiva e exploratória. Descritiva, porque busca descrever as formas de discriminação vivenciadas por estudantes trans, e exploratória, porque procura investigar as relações entre discriminação, desempenho acadêmico e bem-estar, e a atuação dos profissionais do Serviço Social no enfrentamento desta problemática.

2. A DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR.

A discriminação no ambiente escolar é um fenômeno que afeta diversas dimensões da vida dos estudantes. Segundo Souza (2020), a presença de discriminação e bullying é uma realidade para muitos estudantes trans, resultando em experiências negativas que impactam não apenas o desempenho acadêmico, mas também a saúde mental e emocional desses alunos. Lima e Rocha (2019) destacam que, enquanto a discriminação por colegas é amplamente reconhecida, os atos discriminatórios advindos de professores muitas vezes são subestimados ou negligenciados.

A discriminação por parte de colegas é um aspecto bem documentado da experiência escolar de estudantes trans. Pesquisa de Pereira (2017) revela que o bullying e o preconceito por parte dos pares são comuns, com impactos diretos sobre o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional dos alunos. Os estudantes trans frequentemente enfrentam situações de exclusão social, agressões verbais e, em casos extremos, violência física. Esses comportamentos prejudicam a autoestima dos alunos e comprometem sua capacidade de se concentrar e participar plenamente das atividades escolares.

Estudos como o de Fernandes (2018) apontam que o ambiente escolar pode se tornar hostil para os estudantes trans devido à falta de compreensão e empatia por parte dos colegas. A dificuldade em encontrar um grupo de apoio e a sensação de isolamento social são frequentemente relatadas, o que contribui para uma experiência escolar negativa e incentivando o acréscimo de dados relacionado à evasão escolar (Oliveira, 2020).

Por conseguinte, a discriminação proveniente dos professores é uma área menos explorada, mas igualmente significativa. A pesquisa de Santos (2019) indica que a atuação dos professores pode contribuir para a perpetuação de estigmas e preconceitos. A falta de formação adequada e a ausência de políticas inclusivas podem levar a práticas pedagógicas que não consideram as necessidades específicas dos estudantes trans, resultando em um ambiente de aprendizado não acolhedor e, em alguns casos, hostil.

Silva e Almeida (2021) argumentam que os professores, muitas vezes, não estão devidamente preparados para lidar com a diversidade de gênero e podem, inadvertidamente, reproduzir práticas discriminatórias. Comentários inadequados, a falta de respeito às identidades

de gênero dos alunos e a ausência de suporte em situações de bullying são exemplos de como a discriminação pode se manifestar por parte dos educadores.

As consequências da discriminação para os estudantes trans são profundas e multifacetadas. De acordo com a teoria do estresse de minoria, proposta por Meyer (2003) e adaptada para o contexto brasileiro por Rocha (2020), o estresse resultante da discriminação pode levar a uma série de problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático.

A discriminação no ambiente escolar contribui para a construção de um ambiente estressante e hostil, que compromete não apenas o bem-estar emocional dos alunos, mas também seu desempenho acadêmico. Além dos impactos psicológicos, a discriminação também afeta diretamente o desempenho acadêmico dos estudantes.

Segundo Costa (2022), os alunos que enfrentam discriminação tendem a apresentar baixo rendimento escolar e baixa motivação para o aprendizado. O medo de retaliação, a falta de apoio e a sensação de inadequação podem levar a um comprometimento significativo na capacidade dos alunos de se engajar e realizar suas tarefas escolares. Para mitigar os impactos da discriminação, é essencial implementar políticas e práticas inclusivas que abordem a diversidade de gênero de forma eficaz. Santos e Oliveira (2021) sugerem que a formação continuada para professores é crucial para garantir que os educadores estejam preparados para lidar com questões de gênero e para criar um ambiente escolar acolhedor. Além disso, é importante que as escolas desenvolvam e implementem políticas claras contra a discriminação, garantindo que todos os membros da comunidade escolar compreendam e respeitem a identidade de gênero dos alunos.

A inclusão de temas relacionados à diversidade de gênero no currículo escolar também é uma estratégia recomendada. De acordo com Lima e Silva (2019), a integração desses temas ajuda a promover uma maior compreensão e respeito entre os estudantes, reduzindo os comportamentos discriminatórios e criando um ambiente mais inclusivo. Programas de sensibilização e campanhas educativas podem contribuir para a formação de uma cultura escolar que valoriza a diversidade e combate ao preconceito.

Embora este estudo ofereça uma visão abrangente sobre a discriminação contra estudantes trans, algumas limitações devem ser consideradas. Tais como a ausência de uma amostra de pesquisa por região, o que pode limitar a generalização dos resultados e a compreensão do problema em diferentes contextos culturais de um país tão diverso.

Pesquisas futuras podem se beneficiar de uma abordagem metodológica diversificada, incluindo entrevistas qualitativas e observações diretas, para obter uma compreensão mais profunda das experiências dos estudantes trans. Estudos longitudinais também podem ajudar a avaliar o impacto de intervenções ao longo do tempo e a identificar práticas eficazes para promover a inclusão e reduzir a discriminação.

Além disso, a perspectiva interseccional deve ser incorporada para compreender como diferentes fatores, como classe social, etnia e orientação sexual, interagem com a experiência de discriminação dos estudantes trans. A análise de como esses fatores interagem pode fornecer uma visão mais nuançada das barreiras enfrentadas pelos estudantes trans e ajudar a desenvolver estratégias mais eficazes para promover a equidade e a inclusão nas escolas.

Sendo assim, a discriminação sofrida por estudantes trans por parte de professores e colegas tem consequências significativas para seu aprendizado e bem-estar. As evidências apresentadas destacam a importância de abordar tanto a discriminação por colegas quanto por professores, com foco em criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. A formação de professores, a implementação de políticas antidiscriminação e a inclusão de temas de diversidade no currículo são passos fundamentais para promover a equidade e reduzir o preconceito. Futuras pesquisas devem continuar a explorar as experiências dos estudantes trans e a avaliar a eficácia das intervenções para garantir que todas as crianças e jovens possam ter acesso a uma educação de qualidade, livre de discriminação.

2.1. A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO DE PESSOAS TRANSSEXUAIS E PERMANÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.

A educação é um direito fundamental e um meio crucial para a inclusão e a igualdade social. No entanto, para pessoas trans, o acesso a um ambiente educacional seguro e acolhedor frequentemente é comprometido por políticas públicas inadequadas e pela falta de compreensão sobre questões de gênero. Este texto teórico explora as políticas públicas voltadas para a educação de pessoas trans no Brasil, analisando sua eficácia e apontando lacunas e desafios.

No Brasil, a inclusão de pessoas trans no sistema educacional tem sido uma questão de crescente importância. A legislação e as políticas públicas desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente escolar que respeite e reconheça a identidade de gênero dos alunos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

De acordo com Dias (2018), o avanço das políticas públicas voltadas para a população trans tem sido lento, mas significativo, com algumas iniciativas recentes visando garantir direitos básicos e promover a inclusão. Um marco importante foi a Resolução nº 1, de 2017, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece diretrizes para a inclusão de pessoas trans no ambiente escolar. A resolução orienta as instituições de ensino a respeitarem o nome social e a identidade de gênero dos alunos, promovendo uma educação que valorize a diversidade e combata a discriminação (CNE, 2017).

Entretanto, apesar das diretrizes estabelecidas, a implementação das políticas de inclusão enfrenta diversos desafios. Segundo Souza (2020), muitos educadores e gestores escolares não estão adequadamente preparados para lidar com as questões de gênero. A falta de formação específica para professores sobre diversidade de gênero contribui para a perpetuação de práticas discriminatórias e a dificuldade em criar um ambiente inclusivo. Além disso, Lima e Rocha (2019) destacam que a resistência cultural e a falta de entendimento sobre a identidade de gênero muitas vezes resultam em práticas educativas que não reconhecem ou respeitam as identidades trans. A ausência de políticas claras e a falta de suporte institucional são barreiras significativas para a efetiva implementação das diretrizes do CNE.

Dessa forma, a experiência dos estudantes trans no ambiente escolar é marcada por desafios significativos que vão além da simples inclusão formal. Segundo Fernandes (2018), os alunos trans frequentemente enfrentam discriminação e exclusão, o que pode impactar negativamente seu desempenho acadêmico e bem-estar emocional. A falta de aceitação por parte dos colegas e a ausência de apoio por parte dos professores contribuem para um ambiente escolar hostil. Além dos desafios sociais e emocionais, os estudantes trans também enfrentam dificuldades práticas relacionadas ao uso de nome social e a acesso a banheiros e vestiários que correspondam à sua identidade de gênero. De acordo com Costa (2022), a implementação de políticas que garantam o uso do nome social e o acesso a instalações adequadas é fundamental para promover a inclusão e garantir um ambiente seguro para todos os alunos.

Para superar os desafios e promover uma educação verdadeiramente inclusiva, é necessário adotar estratégias que vão além das diretrizes formais. Santos e Oliveira (2021) sugerem que a formação continuada de professores e gestores escolares é essencial para a criação de um ambiente escolar acolhedor. Programas de capacitação que abordem questões de gênero e diversidade podem ajudar a aumentar a compreensão e a empatia dos educadores, facilitando a inclusão dos alunos trans. Além disso, Lima e Silva (2019) propõem a integração de

temas relacionados à diversidade de gênero no currículo escolar como uma estratégia para promover uma maior compreensão e respeito à diversidade entre os estudantes.

A inclusão desses temas não só educa os alunos sobre a diversidade, mas também contribui para a redução de comportamentos discriminatórios e a construção de um ambiente escolar mais respeitoso, no que concerne ao entendimento das diferenças. A participação ativa das famílias e da comunidade escolar também é fundamental para o sucesso das políticas de inclusão. Segundo Pereira (2017), o envolvimento das famílias na promoção da diversidade e no combate à discriminação pode fortalecer a implementação das políticas públicas e criar uma rede de apoio para os alunos trans.

De acordo com Silva e Almeida (2021), países como Canadá e Espanha têm adotado políticas mais avançadas em relação à inclusão de pessoas trans no ambiente escolar. Essas políticas incluem a implementação de programas de educação sobre diversidade de gênero, a garantia de acesso a banheiros e vestiários conforme a identidade de gênero e a criação de redes de apoio para alunos trans. O exame dessas políticas pode servir como referência para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas brasileiras. Adotar práticas que têm se mostrado eficazes em outros contextos pode contribuir para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e respeitador da identidade de gênero dos alunos.

Uma das principais estratégias do serviço social na educação é a capacitação de educadores para lidar com questões de gênero e sexualidade de maneira informada e sensível. Essa formação continuada é essencial para que os professores e demais funcionários da escola possam reconhecer e combater a discriminação, criando um ambiente mais seguro para todos os estudantes. Segundo Ferreira (2018), a falta de conhecimento específico sobre identidade de gênero tem sido uma das principais barreiras para a inclusão efetiva de estudantes trans. O serviço social pode organizar e conduzir workshops, seminários e treinamentos que abordem a diversidade de gênero, fornecendo aos educadores as ferramentas necessárias para enfrentar o preconceito e promover a igualdade.

A criação de grupos de apoio para estudantes trans é outra estratégia importante de intervenção do serviço social na educação. Esses grupos fornecem um espaço seguro onde os estudantes podem compartilhar suas experiências, desafios e vitórias, além de receber apoio emocional e orientação. Pereira e Silva (2020) destacam que esses grupos não apenas ajudam a fortalecer a autoestima dos estudantes trans, mas também funcionam como espaços de

compreensão e fortalecimento ante à discriminação experienciada no cotidiano, promovendo uma cultura escolar mais inclusiva e resiliente.

O serviço social também desempenha um papel crucial no acompanhamento individualizado de estudantes trans. Esse acompanhamento inclui a avaliação contínua das necessidades dos estudantes, a mediação de conflitos e o apoio em situações de crise. Santos e Lima (2021) ressaltam que esse acompanhamento é essencial para garantir que os estudantes trans se sintam apoiados e valorizados em sua jornada educacional.

Outra estratégia fundamental é a articulação e promoção de políticas educacionais inclusivas. O serviço social pode desempenhar um papel central na construção de políticas que assegurem o direito à educação para todos, independentemente de sua identidade de gênero. Isso inclui a promoção de leis e regulamentações que garantam o respeito ao nome social, a adaptação de currículos para incluir a diversidade de gênero e a criação de protocolos para prevenir e tratar casos de discriminação e violência no ambiente escolar (Gomes & Santos, 2019).

Para que a inclusão de estudantes trans seja efetiva, é necessário que toda a comunidade escolar esteja envolvida nesse processo. O serviço social pode promover campanhas de sensibilização que alcancem não apenas os educadores, mas também os outros estudantes e suas famílias. Essas campanhas podem abordar temas como respeito às diferenças, o combate ao bullying e a importância de um ambiente escolar inclusivo.

Além das campanhas dentro da escola, o serviço social pode organizar encontros com as famílias para discutir a inclusão de estudantes trans e a importância do apoio familiar nesse processo. De acordo com Mendes (2017), o apoio da família é um fator determinante para o sucesso acadêmico e o bem-estar dos estudantes trans. Portanto, o serviço social pode atuar na mediação de conflitos familiares e na orientação sobre como oferecer um ambiente de apoio e aceitação em casa.

O monitoramento e a avaliação das ações implementadas são fundamentais para garantir que as estratégias de intervenção sejam eficazes. O serviço social pode desenvolver indicadores específicos para avaliar o impacto das políticas e práticas inclusivas nas escolas. Isso inclui a análise de dados sobre a permanência escolar, o desempenho acadêmico e o bem-estar dos estudantes trans, além de pesquisas de satisfação com os próprios estudantes e suas famílias. Essa avaliação contínua permite que as estratégias sejam ajustadas conforme necessário, garantindo que as necessidades dos estudantes trans sejam plenamente atendidas e que as escolas se tornem verdadeiramente inclusivas (Souza & Oliveira, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A articulação intersetorial é fundamental para a implementação eficaz de políticas públicas voltadas à inclusão de estudantes trans. De acordo com Yazbek (2010), a intersectorialidade representa uma abordagem que visa integrar políticas e ações de diferentes setores para resolver problemas sociais complexos, como a discriminação contra minorias de gênero. Na prática, isso significa que as políticas educacionais não podem atuar isoladamente, mas devem estar conectadas a políticas de saúde, assistência social e direitos humanos para serem realmente eficazes.

A colaboração entre os setores de educação e saúde é particularmente importante na promoção do bem-estar de estudantes trans. O Serviço Social, atuando dentro das escolas, pode identificar estudantes que estão enfrentando dificuldades relacionadas à sua identidade de gênero e garantir que eles recebam o apoio necessário através do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Lima (2013), essa integração é crucial, pois as necessidades dos estudantes trans frequentemente envolvem questões de saúde física e mental, que precisam ser abordadas para que esses estudantes possam ter um desempenho acadêmico satisfatório.

A articulação entre esses setores pode incluir a realização de campanhas educativas sobre diversidade de gênero, a formação de profissionais da saúde para lidar com as especificidades da população trans e a oferta de serviços de saúde mental voltados para estudantes que enfrentam problemas como depressão e ansiedade, frequentemente decorrentes da discriminação sofrida no ambiente escolar (Carrara & Vianna, 2006).

O Serviço Social pode atuar como ponte entre a escola e organizações de direitos humanos, facilitando o acesso dos estudantes trans a recursos legais e a espaços de participação política. Além disso, a parceria com ONGs e movimentos sociais permite a realização de campanhas de conscientização e a mobilização da comunidade escolar em torno de questões de gênero e direitos humanos (Miskolci, 2012). Sendo assim, a articulação intersetorial se apresenta como uma estratégia essencial para o enfrentamento da discriminação contra estudantes trans no ambiente escolar, uma vez que integra esforços de diferentes setores – educação, saúde, assistência social e direitos humanos – é possível criar uma rede de apoio que garante não apenas a permanência desses estudantes na escola, mas também o seu bem-estar físico e mental. A atuação do Serviço Social, nesse contexto, é fundamental para mediar essas articulações, assegurando que as políticas públicas sejam implementadas de forma eficaz e que todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero, tenham acesso pleno aos seus direitos.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidencia que a discriminação sofrida por estudantes trans no ambiente escolar resulta em consequências graves e duradouras, afetando tanto o aprendizado quanto o bem-estar desses estudantes. Quando a discriminação é perpetrada por professores, seu impacto é ainda mais severo, comprometendo o desempenho acadêmico e afetando profundamente a saúde mental e o desenvolvimento pessoal dos estudantes trans. Para mitigar esses efeitos, é crucial a implementação de políticas públicas inclusivas e a atuação eficaz do Serviço Social no ambiente escolar.

A escola deve ser um espaço de acolhimento e inclusão das diferenças, onde todos os estudantes. Para alcançar esse objetivo, é essencial que as escolas implementem políticas claras de inclusão, como aquelas previstas em legislações e diretrizes educacionais que promovem a diversidade e o respeito às diferenças. Além disso, a formação contínua dos professores é fundamental, capacitando-os para lidar de maneira adequada com questões relacionadas à identidade de gênero.

Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel vital, dada a possibilidade destes profissionais atuarem na sensibilização e capacitação da comunidade escolar como um todo, promovendo a conscientização sobre a importância da inclusão e o combate à discriminação. Além disso, o Serviço Social pode desenvolver e implementar programas de apoio e acompanhamento para estudantes trans, contribuindo para a criação de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, com a promoção de espaços educacionais inclusivos para as diferenças e seguros para se conviver.

REFERENCIAS

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Relatório sobre a violência contra a população trans no Brasil**. ANTRA, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. **Conservadorismo, direitos, moralidades e violência.** Cadernos Pagu, 2006.

CNE – Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 5 de junho de 2017. Brasília: CNE, 2017.

COSTA, L. **Impactos da discriminação no desempenho acadêmico de estudantes trans.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 45-63, 2022.

DIAS, M. (Org.). **Políticas públicas e educação: Inclusão e diversidade de gênero.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FENANDES, P. **Bullying e preconceito no ambiente escolar: Uma análise da experiência de estudantes trans.** Estudos em Psicologia Escolar, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 76-89, 2018.

FERREIRA, L. M. **Identidade de gênero e a inclusão escolar de pessoas trans: uma análise das práticas pedagógicas.** Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 74, p. 567-584, 2018.

GOMES, R. P.; SANTOS, A. M. **Políticas públicas de inclusão escolar e a realidade das escolas: um estudo de caso.** Cadernos de Pesquisa, v. 49, n. 172, p. 327-346, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerâncias e resistências no ambiente escolar.** Brasília: UNB, 2014.

LIMA, J.; ROCHA, M. **Discriminação no ambiente escolar: O papel dos colegas e dos professores.** Educação e Diversidade, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 112-130, 2019.

LIMA, M. S., & ROCHA, D. R. **Inclusão escolar de pessoas trans: desafios e perspectivas.** Educação & Realidade, 44(3), 2020, pp. 679-698.

LIMA, Monique. **O serviço social e a intersectorialidade: desafios na implementação da política pública.** Revista Katálysis, v. 16, n. 1, p. 9-16, 2013.

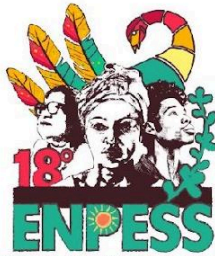
LIMA, R.; SILVA, A. **Currículo e diversidade de gênero: Estratégias para a inclusão escolar.** Ensino e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 4, p. 89-104, 2019.

MENDES, A. S. **Formação de Assistentes Sociais e as Questões de Gênero: Desafios e Perspectivas.** Serviço Social & Sociedade, v. 38, n. 129, p. 103-120, 2017.

MEYER, I. H. **Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence.** Psychological Bulletin, Washington, DC, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, T. **Evasão escolar e experiências de discriminação: O caso dos estudantes trans.** Cadernos de Pesquisa em Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 34-50, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PEREIRA, A. **A experiência de bullying entre estudantes trans:** Um estudo de caso. Revista de Psicologia da Educação, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 103-120, 2017.

PEREIRA, R. S.; SILVA, J. F. **Grupos de Apoio para Estudantes Trans no Ambiente Escolar:** Impactos e Desafios. Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, n. 1, p. 34-45, 2020.

ROCHA, F. **Estresse de minoria e saúde mental:** A experiência dos estudantes trans no contexto escolar. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 67-84, 2020.

SANTOS, L. **O papel dos professores na inclusão de estudantes trans:** Desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação e Inclusão, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 56-72, 2019.

SANTOS, R.; OLIVEIRA, M. **Formação de professores e inclusão de estudantes trans:** Avanços e necessidades. Educação e Gênero, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 91-110, 2021.

SANTOS, V. H.; LIMA, E. R. **O Serviço Social e a Educação de Pessoas Trans:** Barreiras e Possibilidades. Serviço Social em Perspectiva, v. 15, n. 2, p. 198-214, 2021.

SILVA, M.; ALMEIDA, C. **Práticas pedagógicas e diversidade de gênero: Um estudo das ações dos educadores.** Revista Brasileira de Formação de Professores, Brasília, v. 19, n. 2, p. 143-160, 2021.

SILVA, R. P., & SANTOS, M. F. **A discriminação contra estudantes trans no ambiente escolar: uma análise crítica.** Revista Brasileira de Educação, 26, 2021, pp. 1-25.

SILVA, Simone R. **Política de assistência social no Brasil e a questão de gênero.** Serviço Social & Sociedade, n. 97, p. 118-134, 2009.

SOUZA, C. R.; OLIVEIRA, M. A. **Evasão Escolar entre Estudantes Trans:** Desafios e Soluções. Educação em Revista, v. 37, n. 2, p. 200-218, 2021.

SOUZA, T. A. **Impactos da discriminação no desempenho acadêmico de estudantes trans.** Psicologia & Sociedade, 32(1), 2020, pp. 105-120.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Intersectorialidade e políticas sociais:** a construção de uma estratégia de gestão social. São Paulo: Cortez, 2010.